

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2020

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Entrelinha 1,5, sem figuras

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

13 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 4 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final (itens **II–2.**, **II–3.**, **III–1.** e **III–3.**). Dos restantes 11 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 7 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL E O ALARGAMENTO DO CONHECIMENTO DO MUNDO NOS SÉCULOS XV E XVI

Descrição da cidade de Lisboa, por Damião de Góis (1554)

Há duas cidades que, nestes nossos tempos, se podem chamar com razão senhoras e rainhas do Oceano, pois, por sua direção e domínio, as naus percorrem, hoje em dia, todo o Oriente e todo o Ocidente.

A primeira, Lisboa, situada na boca do Tejo, arroga-se o domínio daquela parte do Oceano que, num abraço imenso do mar, rodeia a África e a Ásia. A outra, Sevilha, voltada para o ocidente, patenteou à navegação a parte da Terra que hoje se chama Novo Mundo.

Ainda em vida de Dom João II, os portugueses, sob a orientação e auspícios de Bartolomeu Dias, português de lei e grande conhecedor da arte náutica, descobriram a extremidade contígua àquela parte do continente africano, a qual se estende em linha reta até ao Monte da Lua.

Nada chegou ao conhecimento de Ptolomeu acerca destes territórios, chamados dos Antropófagos. Contudo, Plínio, Mela, Solino e Marciano, indo buscar informações acerca de Hanão, rei dos Cartagineses, afirmam que houve antigamente notícia deste caminho para a Índia por mar. Heródoto, investigador insigne das coisas antigas, testifica que os gregos têm para si que o Oceano, chamado Atlântico, para o lado de fora do estreito de Gibraltar, e o Mar Vermelho são um só e único mar. Finalmente, Estrabão testifica, por informação de Aristónico, que Menelau, levado por engano para além das Gades, conseguiu navegar até às Índias.

1. O contributo português para o aperfeiçoamento da representação gráfica do mundo pelos cartógrafos europeus resultou
 - a) do conhecimento sobre a fauna e a flora exóticas.
 - b) do acesso a bens oriundos de outros continentes.
 - c) do domínio de instrumentos e de técnicas náuticas.
 - d) do contacto e da interação com outras civilizações.

2. As navegações, que deram a conhecer «a parte da Terra que hoje se chama Novo Mundo», também permitiram
- a) certificar as conceções geográficas ptolomaicas.
 - b) comprovar a ligação entre o Atlântico e o Índico.
 - c) confirmar as representações medievais da Terra.
 - d) demonstrar a inabitabilidade da zona equatorial.
3. O experiencialismo, uma forma de sabedoria que resultou inicialmente do confronto com a realidade das coisas, foi o que possibilitou
- a) a Plínio, Mela, Solino e Marciano afirmar «que houve antigamente notícia deste caminho para a Índia por mar».
 - b) a Heródoto assegurar que «o Oceano, chamado Atlântico, para o lado de fora do estreito de Gibraltar, e o Mar Vermelho são um só e único mar».
 - c) a Bartolomeu Dias descobrir «a extremidade contígua àquela parte do continente africano, a qual se estende em linha reta até ao Monte da Lua».
 - d) a Estrabão testificar, «por informação de Aristónico, que Menelau, levado por engano para além das Gades, conseguira navegar até às Índias».

GRUPO II

O LEGADO DO LIBERALISMO NA EUROPA DO SÉCULO XIX

Documento 1

Reflexões de Benjamin Constant acerca do liberalismo político (1815)

Nenhuma autoridade sobre a terra é ilimitada, nem a do povo, nem a dos homens que se dizem seus representantes, nem a dos reis, nem a da lei. Os cidadãos possuem direitos individuais independentes de toda a autoridade social ou política, e toda a autoridade que viole esses direitos torna-se ilegítima. Os direitos dos cidadãos são a liberdade individual, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, o usufruto da propriedade, a garantia contra toda a arbitrariedade.

A nossa Constituição separa claramente o poder ministerial do poder régio. O simples facto de o monarca ser inviolável e de os ministros serem responsáveis confirma esta separação. Trata-se, quanto a mim, da chave de toda a organização política. A monarquia constitucional criou este poder neutro na pessoa do chefe de Estado. O verdadeiro interesse deste chefe não é, de maneira nenhuma, que um dos poderes derrube o outro, mas que todos se apoiem, se entendam e cooperem.

A nobreza tem necessidade, no nosso século, de se associar a prerrogativas constitucionais específicas. A Câmara dos Pares, se escolhermos este nome para designar a primeira câmara, será uma magistratura e, ao mesmo tempo, uma dignidade. Observai que, se esta primeira câmara não for hereditária, é necessário estabelecer um modo de renovar os seus elementos. Será por nomeação do rei? Uma câmara vitalícia nomeada pelo rei será suficientemente forte para contrabalançar uma outra assembleia, emanada da eleição popular?

Não me agradam as exigências em matéria de propriedade para o exercício de funções políticas. Contudo, é desejável que as funções representativas sejam ocupadas, em geral, por homens, senão da classe muito rica, ao menos abastada. O seu ponto de partida é mais vantajoso, a sua educação mais esmerada, o seu espírito mais livre, a sua inteligência mais bem preparada. Nas nossas sociedades atuais, a nacionalidade e a maioria não bastam para conferir aos homens as qualidades adequadas ao exercício da cidadania.

Gráfico que apresenta as políticas económicas e os tratados de comércio de vários países europeus (1850-1870)

- Até 1852 as medidas comerciais protecionistas são superiores às medidas livre-cambistas;
- A partir de 1852 as medidas livre-cambistas vão aumentando progressivamente enquanto as protecionistas vão diminuindo cada vez mais;
- A partir de 1860 aumenta acentuadamente o número de acordos de comércio entre países.

1. Os direitos naturais e as ideias políticas defendidas pelos pensadores iluministas não foram inteiramente consagrados nos textos constitucionais do século XIX.

Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação, fundamentando a sua resposta com excertos relevantes do documento 1.

Item obrigatório

2. Ao afirmar que a «chave de toda a organização política» das monarquias constitucionais reside no poder conferido ao rei, Benjamin Constant defende politicamente
 - a) o liberalismo radical.
 - b) o despotismo esclarecido.
 - c) o liberalismo moderado.
 - d) o absolutismo régio.

Item obrigatório

3. Explícite dois princípios da doutrina económica defendida pelos pensadores liberais.

Um dos princípios deve ser fundamentado com excertos relevantes do documento 1 e o outro princípio com informação do documento 2.

GRUPO III

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NOVO EM PORTUGAL: IDEOLOGIAS E OPOSIÇÕES

Documento 1 (conjunto documental)

Imagem A – Fundação da Mocidade Portuguesa Feminina: grupo de jovens com uniforme de tipo militar e fazendo a saudação fascista (braço direito levantado e esticado ao nível do ombro).

Imagem B – Humberto Delgado e Henrique Galvão a bordo do paquete Santa Maria, na sequência do sequestro do navio.

Imagem C – Sessão do Movimento de Unidade Democrática no Teatro Taborda em Lisboa: grande presença de apoiantes com uma faixa onde se lê «Queremos eleições livres».

Imagem D – Cartaz do Estado Novo apelando à aprovação da nova Constituição.

Documento 2

Apologia do modelo político fascista, por João Ameal (1932)

Os italianos fizeram a sua revolução da ordem. Nós começámos a nossa. Como os italianos executaram e consolidaram a sua, e apresentam hoje ao mundo o espetáculo do seu triunfo, inspiremo-nos dos seus métodos, sigamos a sua caminhada magnífica.

É como reação, em face do individualismo desagregador e anarquizador, que, por toda a parte, se levantam os diversos movimentos que se tornam num só: a imensa revolução da ordem, a arrumação, a hierarquização, a reintegração de todos os valores dispersos na forte unidade do Estado Nacional restaurado.

Pede-se um governo de força, apoia-se a Ditadura, governo de força. É a força como meio, como instrumento da obra indispensável. É a força condicionada pela Razão, pela Razão nacional. A Força, simplesmente, conduz aos piores abismos. É o caso da tirania bolchevista.

O que se pede é diferente. É um sistema de violência política, mas de justa violência, de legítima violência, porque surge como a reação desesperada duma Pátria coberta de escombros pela violência ilegítima e injusta das quadrilhas partidárias.

A Ditadura saberá não exagerar essa violência salutar. O melhor processo de bem administrar a violência é colocar decididamente a Força sob a orientação duma Razão nacional que sempre a esclareça, a guie e ordene. E será destinada não só a reprimir todas as tentativas que se oponham à marcha do Governo, mas a firmar e consolidar o edifício cuja construção se deve erguer. A ciência de construir exige que à violência demagógica e internacionalista não se hesite em opor a violência ordenadora e nacionalista.

Para além do liberalismo e do comunismo, façam os Novos a revolução da ordem, da ordem nacional!

Documento 3

As medidas de segurança e a liberdade dos cidadãos no Estado Novo, segundo documento anónimo de 1958

Inspirando-se na legislação nazi-fascista, que ordenava a aplicação aos anti-fascistas da deportação por tempo indeterminado, o ministro da Justiça introduziu no nosso país, em junho de 1949, pouco depois da candidatura do general Norton de Matos, as medidas de segurança como meio de controlo policial e encarceramento dos opositores do Estado Novo.

Mais tarde, veio o decreto-lei de 12 de março de 1956, permitindo-se agora praticamente que, a todo e qualquer indivíduo que pertença, colabore ou siga as instruções ou associações, movimentos ou agrupamentos, que exerçam atividades subversivas seja aplicada uma medida de segurança de internamento, prorrogável até à morte.

Os processos de segurança são processos administrativos sumários, decididos por um só juiz, em que nem sequer há julgamento público, e o próprio arguido não tem o direito de escolher o seu advogado.

Os decretos que introduziram as medidas políticas de segurança foram sempre aplicados a dezenas de antissituacionistas, encontrando-se entre estes o Dr. Álvaro Cunhal. Nós não somos comunistas. Porém, é manifesto que a aplicação destas penas corporais perpétuas só pode denotar o desespero de quem julga que a única maneira de impor a sua razão é a violência.

O Governo pode, através de uma simples decisão administrativa, exilar para o estrangeiro ou deportar para o Ultramar todo o cidadão português que lhe parecer suspeito de ser adversário do regime vigente.

A PIDE enche as salas dos Tribunais Plenários com agentes seus à paisana, mas armados, e isto quando se não decide fazer os julgamentos à porta fechada, como no caso do capitão Henrique Galvão. A censura, que o Estado Novo mantém há trinta anos contra a inteligência, o pensamento e a consciência da Nação, não permite que nos jornais se submeta à opinião pública o relato fiel dos julgamentos políticos.

Item obrigatório

1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam ao período do Estado Novo em Portugal.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

2. Identifique o período histórico implícito na afirmação de João Ameal, quando se refere a Portugal como uma «Pátria coberta de escombros pela violência ilegítima e injusta das quadrilhas partidárias».

Item obrigatório

3. Desenvolva o tema A força da ideologia e do controlo social como fatores de durabilidade do Estado Novo português, abordando os tópicos de orientação seguintes:

- princípios político-ideológicos do Estado Novo;
- mecanismos repressivos e de enquadramento das massas.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- relacione os elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos seguintes documentos: imagem **A** do documento 1 e documentos 2 e 3.

4. Explícite duas formas de oposição ao Estado Novo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Uma das formas deve ser fundamentada com informação da imagem **B** e a outra forma com informação da imagem **C**, ambas do documento 1.

5. Apesar da ação de «dezenas de antissituacionistas», o Estado Novo manteve-se, desde o segundo pós-guerra, politicamente inamovível. Esse imobilismo beneficiou de um contexto internacional favorável, caracterizado
- a) pela emergência dos movimentos de descolonização.
 - b) pelo esforço de contenção do comunismo pelo bloco ocidental.
 - c) pela consolidação de um espaço económico e político europeu.
 - d) pelo recuo do expansionismo soviético no mundo.

GRUPO IV

DO FIM DA GUERRA FRIA AOS PROBLEMAS DO MUNDO ATUAL

Documento 1

A perspetiva de Francis Fukuyama acerca do mundo após a Guerra Fria (1989)

Ao observar o fluxo dos acontecimentos da última década, é difícil evitar a sensação de que algo de muito relevante sucedeu na história mundial: o fim da Guerra Fria e o facto de a «paz» parecer irromper em muitas regiões do mundo.

O triunfo do Ocidente, da ideia ocidental, é evidente no total esgotamento de alternativas sistemáticas viáveis ao liberalismo. Na última década, ocorreram mudanças inequívocas no ambiente intelectual dos dois maiores países comunistas do mundo, e em ambos brotaram significativos movimentos reformistas. Mas este fenómeno não se limita à política e pode observar-se também na propagação inevitável da cultura consumista ocidental.

Talvez estejamos a assistir não apenas ao fim da Guerra Fria, mas também à mundialização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo.

A força da ideia liberal seria muito menos impressionante se não tivesse alterado profundamente a maior e mais antiga cultura da Ásia, a China. Os últimos quinze anos assistiram ao descrédito quase total do marxismo-leninismo como sistema económico. Quem quer que esteja familiarizado com a visão e a conduta da nova elite tecnocrata que hoje governa a China sabe que o marxismo se tornou praticamente irrelevante como elemento de orientação política, e que o consumismo burguês tem nesse país uma relevância genuína. O importante, no respeitante à China, do ponto de vista da história mundial, não é o estado atual da reforma nem as perspetivas futuras. A questão central é o facto de já não servir de farol das diversas forças antiliberais do mundo. A competitividade e o expansionismo chineses praticamente desapareceram do panorama mundial.

O desaparecimento do marxismo-leninismo, primeiro na China e depois na União Soviética, significará a sua morte como ideologia ativa de importância histórica mundial.

A perspetiva de Samuel P. Huntington acerca do mundo após a Guerra Fria (1989)

«A Guerra Fria acabou» era o grito dominante na primavera de 1989. O que significa isto? Referia-se, em geral, a dois progressos conexos: as mudanças usualmente designadas por «glasnost» e «perestroika» na União Soviética e a melhoria das relações soviético-americanas. Várias questões podem ser levantadas com base nesta premissa.

Primeiro, é realmente verdade? Ao desanuviamento das relações soviético-americanas no final de 1950 seguiram-se as crises de Berlim e Cuba; à trégua do início de 1970 seguiu-se Angola e o Afeganistão. Como saber se a acalmia atual não é apenas mais um oscilar do ciclo? A disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética por influência e poder nos assuntos mundiais vai prosseguir.

O fim da Guerra Fria não significa o fim da rivalidade política, ideológica, diplomática, económica, tecnológica ou mesmo militar entre as nações. Muito provavelmente, significa o aumento da instabilidade, da imprevisibilidade e da violência nos assuntos internacionais.

O expansionismo chinês ainda está por aparecer na cena mundial. A China está apenas a iniciar seriamente o fomento da sua capacidade industrial. Talvez seja diferente de todas as outras potências e não tente expandir a sua influência e o seu controlo a par da sua industrialização. Mas como podemos estar confiantes? Caso siga o padrão mais comum, é provável que um bilião de chineses empenhados na expansão imperial seja capaz de impor muita história ao resto do mundo.

Fukuyama está correto ao apontar o fim virtual da atração do comunismo enquanto ideologia. Contudo, é errado saltar do declínio do comunismo para o triunfo global do liberalismo e para o desaparecimento da ideologia como força a ter em conta nos assuntos mundiais. Neste momento, o comunismo talvez esteja em declínio, mas é precipitado supor que está definitivamente extinto. A democracia liberal triunfou realmente? Até que ponto, entretanto, foi realmente aceite na União Soviética e na China?

1. Explícite duas evidências da mudança económica na República Popular da China, na década de 80 do século XX, segundo Francis Fukuyama.

As duas evidências devem ser fundamentadas com excertos relevantes do documento 1.

2. Compare as duas perspetivas sobre a nova ordem política e económica do mundo após a Guerra Fria, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

3. Identifique a decisão política que, no final da Guerra Fria, solucionou a questão alemã resultante da crise mencionada por Samuel P. Huntington (documento 2, linha 6).

4. Associe os conceitos que se encontram identificados na coluna **A** às frases que constam na coluna **B**. Todas as frases apresentadas devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a um dos conceitos.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

Coluna A

- a) Globalização
- b) Interculturalidade
- c) Nacionalismos

Coluna B

- 1) Implementação de medidas para combater o racismo e a xenofobia.
- 2) Homogeneização dos modos de vida e dos hábitos de consumo.
- 3) Generalização de políticas neoliberais nos domínios económico e financeiro.
- 4) Ecloração de conflitos político-militares em diferentes regiões do globo.
- 5) Disseminação de fenómenos violentos associados a causas independentistas.
- 6) Sofisticação das tecnologias de informação e dos meios de comunicação.
- 7) Adoção de políticas para integrar os migrantes nos países de acolhimento.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 4 itens contribuem obrigatoriamente para a classificação final da prova

Grupo II

2. 18 pontos
3. 18 pontos

Grupo III

1. 18 pontos
3. 20 pontos

SUBTOTAL 74 pontos

Dos restantes 11 itens, contribuem para a classificação final da prova os 7 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação (7 x 18 pontos = 126 pontos)

Grupo I

1. 18 pontos
2. 18 pontos
3. 18 pontos

Grupo II

1. 18 pontos

Grupo III

2. 18 pontos
4. 18 pontos
5. 18 pontos

Grupo IV

1. 18 pontos
2. 18 pontos
3. 18 pontos
4. 18 pontos

SUBTOTAL 126 pontos

TOTAL 200 pontos